

# O DISCURSO DA NORMA NA GRAMÁTICA DE FERNÃO DE OLIVEIRA\*

**Diana Luz Pessoa de Barros**

Universidade de São Paulo – USP – CNPq

**RESUMO:** *O estudo sobre o discurso da norma na gramática de Fernão de Oliveira é “parte de uma pesquisa em desenvolvimento sobre o discurso da norma em gramáticas da língua portuguesa, do século XVI à atualidade, no âmbito do projeto coletivo “História das idéias lingüísticas no Brasil: ética e política das línguas”. As gramáticas são analisadas como discursos, na perspectiva teórica e metodológica da semiótica discursiva francesa. São examinados, particularmente, três procedimentos discursivos: as modalizações dos sujeitos e dos objetos, que constituem três tipos de discursos da norma – a norma natural, predominante em Fernão de Oliveira, a norma prescritiva e a norma usual –; as projeções enunciativas de pessoa e de tempo na gramática em exame, e as relações intertextuais entre o discurso da norma na gramática e os discursos gramaticais da época, a que Fernão de Oliveira se opõe, e o discurso colonialista português, que sua gramática ajuda a construir.*

**RÉSUMÉ:** *L'étude de la norme dans la grammaire de Fernão de Oliveira fait partie d'une recherche en cours sur le discours de la norme dans les grammaires de langue portugaise du XVIe siècle jusqu'à aujourd'hui, dans le cadre du projet collectif “Histoire des idées linguistiques au Brésil: éthique et politiques des langues”. Les grammaires sont analysées comme des discours, selon la perspective théorique et méthodologique de la Sémiotique discursive française. Trois procédures discursives ont été examinées: les modalisations des sujets et des objets, qui constituent trois types de discours de la norme – la norme naturelle, qui prédomine chez Fernão de Oliveira, la norme prescriptive et la norme usuelle –; les projections énonciatives de la personne et du temps dans la grammaire en question et les discours grammaticaux de l'époque, que rejette Fernão de Oliveira; et enfin, le discours colonialiste portugais, que ce grammairien aide à construire.*

A PESQUISA SOBRE conceitos e imagens da norma no português do Brasil faz parte de um projeto coletivo sobre a história das idéias lingüísticas no Brasil, desenvolvido em três centros de investigação

conveniados, o Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo (USP) e a École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines, antiga École Normale Supérieure de Fontenay/Saint-Cloud, França, sob a coordenação de Eni Orlandi, Diana Luz Pessoa de Barros e Sylvain Auroux, respectivamente. O projeto tem por fim principal o conhecimento sistemático da história da constituição de um saber sobre a língua portuguesa no Brasil. Duas grandes linhas estão sendo desenvolvidas: história da constituição da Lingüística (ao lado da Filologia e da Gramática) no Brasil e normatividades, ensino e políticas públicas.

No nosso projeto individual, examinamos gramáticas e dicionários, isto é, boa parte do aparelho de referência institucional da norma explícita, com o objetivo de estabelecer a diversidade de conceitos e de imagens da norma no português do século XVI à atualidade e de apontar, no material em exame, o discurso da norma que se constrói, as imagens de língua e de escrita e fala que se criam.

Neste artigo, serão apresentados apenas alguns resultados da análise da gramática de Fernão de Oliveira. O texto organiza-se em duas partes: a primeira sobre as propostas teóricas e metodológicas desenvolvidas para a análise dos discursos da norma em gramáticas e dicionários; a segunda, sobre a análise da gramática selecionada.

## 1 Questões teóricas e metodológicas

O projeto individual sobre os conceitos e imagens da norma fundamenta-se na teoria e metodologia da semiótica discursiva de linha francesa (Greimas e Courtés, s/d, Fiorin, 1989, Barros, 1988 e 1990). Nesse quadro teórico, as gramáticas e dicionários são analisados como *discursos*.

Os discursos em exame são considerados, já de início, como discursos temáticos, com figuração apenas esparsa e ocasional. Os discursos temáticos devem, a meu ver, ser examinados, na perspectiva teórica escolhida como uma “cena” ou “espetáculo” enunciativo, ou seja, deve-se fazer a *análise narratológica* da enunciação.

A análise narratológica da enunciação considera dois aspectos fundamentais:

a) em primeiro lugar, que a instância da enunciação, desdobrada em enunciador e enunciatário, simula uma relação contratual entre um destinador e um destinatário;

b) em segundo lugar, que o sujeito da enunciação não é uma casa vazia, mas antes preenchida pelas crenças e conhecimentos, pelos valores da sociedade e da camada social a que pertence, caracterizando-se, portanto, como o lugar de cruzamento de muitos discursos, como o lugar da intertextualidade.

As relações contratuais que se estabelecem entre enunciador e enunciatário são relações de comunicação e de manipulação. O enunciador propõe ao enunciatário um acordo, realiza um fazer persuasivo para levá-lo a aceitar o contrato e o enunciatário interpreta e aceita ou rejeita o contrato proposto.

O que estou chamando de “discurso da norma” nas gramáticas e dicionários deve ser entendido, assim, como um conjunto de procedimentos discursivos que levam o enunciatário a acreditar na *verdade* e na *necessidade* de certos usos lingüísticos.

Os estudos que até agora efetuei permitem-me propor dois blocos principais de procedimentos para o exame do discurso da norma nas gramáticas e dicionários: os de modalização dos sujeitos e objetos envolvidos e as projeções enunciativas da pessoa e do tempo. Começemos com a modalização.

Constroem-se, a meu ver, três tipos de discursos da norma, a partir dos tipos de modalização que acontecem nas gramáticas e dicionários e muito provavelmente nas demais classes de discurso: a modalização pelo *ser* e as modalizações pelo *dever*, *querer* e *poder*.

A modalização pelo *ser* ou modalização de existência do objeto é a estratégia mais forte para o estabelecimento da norma, pois produz os efeitos de sentido de “naturalização”, ou seja, de uso “natural” ou “normal” da língua: a língua *é* assim, o uso *é* aquele que está sendo mostrado. A norma explícita ou culta não se apresenta portanto como uma norma entre outras, mas como *a norma* ou a norma própria da língua. Aquilo que as gramáticas e os dicionários não contemplam *não é, não existe*. Esse tipo de discurso da norma produz também uma imagem de língua, a da *língua única, homogênea, sem variação*. Ocorre, por exemplo, nas gramáticas de Fernão de Oliveira, João de Barros, Reis Lobato, Antonio Coruja, entre outros.

O segundo tipo de modalização constrói um outro tipo de discurso da norma, isto é, *o discurso da boa ou da má norma*. De caráter prescritivo, esse tipo de discurso, no entanto, ao dizer que um uso *deve ser*, está pressupondo ao menos a existência de outros usos, ainda que

“desqualificados”, “desprestigiados” ou “errados”. O segundo tipo de modalização é o das Gramáticas de Jerônimo Soares Barbosa ou de Celso Cunha, entre outros. Enquanto a modalização pela existência estabelece uma norma que é, em uma língua *homogênea*, a modalização pelo *dever* estabelece que certos usos devem ser, são obrigatórios, prescritos em relação a outros que devem não ser, que são proibidos, em uma língua *heterogênea*, mas com usos hierarquizados.

Para o discurso da boa e da má norma concorrem além da modalização pelo *dever*, as modalizações pelo *querer* e pelo *poder*.

A modalização pelo *querer* ocorre quando o enunciador pretende levar o enunciatário a *querer bem falar e escrever a língua*, utilizando, para tanto, os procedimentos de qualificar o uso, de adjetivá-lo como bom, correto, bem construído e de referendar o uso por usuários de prestígio e de autoridade.

A modalização do *poder* no quadro da normatividade, o que é possível, admitido ou permitido, ou seja, determina as variantes – diacrônicas, regionais, de registros, de modalidades – que podem ser ou não ser, nas fronteiras de aceitação da norma, estabelecendo graus de normatividade ou de inclusão ou não dos fatos lingüísticos na norma explícita ou culta. Variam assim as definições de norma explícita ou culta, conforme o quadro que está em 1.2:

NORMA CULTA			FORA DA NORMA		
1°	2°	3°	4°	5°	6°
usos naturais, que são, na escrita e na fala	usos prescritos, que devem ser, na escrita e na fala	usos aceitos, que podem ser, na escrita e na fala	usos aceitos, que podem ser, na fala, e recusados, que não podem ser, na escrita	usos proibidos, que devem não ser, na escrita e na fala	usos que não existem, que não são, na escrita e na fala.

Além dos dois tipos de norma apresentados, deve-se mencionar um terceiro, que poderia ser considerado como *ausência de norma*: todos os usos, todas as variantes são modalizadas pela existência, *todas são, todas existem*. Para se pensar em norma, nesse caso, só é possível a noção de norma pela frequência de uso: os usos normais são os mais frequentes

em certas regiões, camadas sociais, modalidades de língua, etc. As gramáticas e dicionários “de usos” perdem, assim, o caráter normativo e regulador da língua e se tornam descritivos e explicativos.

Três concepções de norma e de língua se apresentam:

norma única, “natural”	norma prescritiva	norma usual, de freqüência de uso
modalização pela existência, pelo ser	modalização pelo querer, dever e poder-ser e fazer	modalização da variação pela existência
língua homogênea, sem variação	língua heterogênea, com variação hierarquizada: variantes obrigatórias, possíveis, proibidas	língua heterogênea, variação não hierarquizada, a não ser pela freqüência de uso

Quanto as diferentes projeções enunciativas de pessoa e de tempo, nos discursos, deve-se observar que elas fazem parte também dos recursos de persuasão do enunciador.

Para o exame das categorias de pessoa e de tempo, remete-se a Fiorin (*As astúcias da enunciação*, 1996). Serão feitas aqui apenas algumas rápidas observações. Como se trata de um discurso “científico” de tipo temático, conforme já mencionado, em princípio os recursos característicos dessa classe de discurso são a projeção de pessoa em 3ª pessoa, que produz efeitos de objetividade, próprios da ciência, em 1ª pessoa do plural, que corresponde, na verdade, a três procedimentos diferentes – a 1ª pessoa do plural usada em lugar da 1ª do singular, no chamado plural de autor, produzindo o efeito de sentido de autoridade, de conhecimento, de cientificidade; a 1ª pessoa do plural empregada em vez da 3ª do plural (indeterminada), com o efeito de sentido de voz do senso comum ou dos gramáticos em geral, a que o enunciador se opõe; como primeira pessoa do plural mesmo, como nós *inclusivo* (eu + você (s), leitores desta gramática), *exclusivo* (eu + ele (s)) – nós, gramáticos, nós, lingüístas –, *misto* (eu + você (s) + ele (s)) – nós, usuários ou falantes da língua, nós, portugueses, nós, brasileiros –, e finalmente em 1ª pessoa do singular, para produzir o efeito de *responsabilidade* e sobretudo de *originalidade*, de *novidade*, quando o sujeito quer contrapor-se a outro

estudioso, distinguir-se do senso comum na área, marcar posição própria e nova.

Para o tempo, por sua vez, o discurso temático científico utiliza, em geral, 4 projeções:

a) *o presente omnitemporal ou gnômico*, utilizado para “enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais” (Fiorin, 1996: 151);

b) *o presente pontual*, que se apresenta o presente da enunciação da gramática e com o qual se relacionam *o pretérito perfeito* e *o futuro do presente*;

c) *o futuro do presente* para expressar ordem, em lugar do imperativo, no discurso da norma prescritiva;

d) *o futuro do presente* em lugar do presente, para produzir os efeitos de sentido de suposição ou dúvida, de probabilidade ou de atenuação;

## **1.2 Determinações sócio-históricas das gramáticas**

Para concluir a parte teórica, é preciso dizer que para as questões de inserção das gramáticas e dicionários nos seus contextos sócio-históricos, duas soluções são possíveis no quadro da teoria semiótica: examinar “internamente” essas relações, no nível, sobretudo, da semântica do discurso, ou seja, examinar os temas e figuras nas gramáticas e dicionários, através sobretudo dos *exemplos*, lugar privilegiado de exposição dos temas e figuras; estabelecer relações intertextuais, principalmente as relações intertextuais “mostradas” nas gramáticas e dicionários. Os dois caminhos são seguidos.

## **2 Análise do discurso da norma na gramática de Fernão de Oliveira**

Observe-se antes da análise da gramática que são os elementos “metalingüísticos” do discurso da gramática – introduções, proêmios – que mais explicitam os procedimentos de construção da norma que acabei de mencionar.

### **2.1 A Grammatica da Lingoagem Portuguesa, de Fernão de Oliveira (1536)**

Examinamos duas edições, a de Maria Leonor Carvalhão Buescu, de 1975 (90 p.) e a de José Fernandes Júnior, de 1933. As citações são da edição de 1975.

#### **2.1.1 Modalização do discurso**

Pode-se chegar já a partir da dedicatória da Gramática de Fernão de Oliveira a três conclusões: a gramática tem por fins ensinar a bem usar a

língua portuguesa (p. 43) aos portugueses e estrangeiros e mostrar a superioridade dessa língua em relação às demais (“ensinaremos nós na nossa língua quanto nós devemos ministrar e couber nesta pequena obra, para que mostremos que os nossos homens também sabem falar e têm concerto na sua língua”, p. 102); o autor reconhece que há variação de usos na língua e uma linguagem em comum; o autor distingue bons e maus usos.

Tudo aponta para os 3 tipos de discurso da norma mencionados.

O reconhecimento da variação de usos e da linguagem em comum mostra para um discurso da norma do terceiro tipo, isto é, em que os usos são igualmente valorizados e em que a linguagem comum diz respeito aos usos mais freqüentes.

O autor desenvolve em vários momentos a questão da variação de usos (utiliza de preferência o termo *costume*) e do papel do uso na gramática, opondo-se, a esse respeito, ao discurso gramatical de sua época que, a seu ver, não leva em consideração os usos lingüísticos.

Como se pode observar também nas citações da dedicatória, a gramática realmente “anota” o uso, mas esse uso é o “bom costume dos que mais sabem”, ou seja, é o uso dos “melhores da língua”, dos que “mais leram, viram e viveram” que é anotado e que determina as regras gramaticais. Há, por conseguinte, hierarquia entre os usos, sendo alguns melhores que outros. Trata-se agora da segunda acepção de norma, a de norma prescritiva, também com concepção de língua heterogênea, mas com valoração diferente, desigual dos usos. No entanto, os discursos da boa e da má norma, com as modalizações do *dever* e do *poder*, são pouco freqüentes na gramática de Fernão de Oliveira.

A modalização pelo *dever* ocorre principalmente para prescrever atitudes lingüísticas, para estabelecer a obrigação de bem usar a língua em nome da nação e do povo português e para apontar as desigualdades entre “boas” e “más” línguas e não usos, ressaltar as qualidades da língua portuguesa em relação às demais. Não se trata, portanto, de prescrever e proibir certos usos, mas de dizer que há uma norma única e natural e que ela deve ser usada por respeito e amor à pátria: “eu juraria que quem folga de ouvir língua estrangeira na sua terra, não é amigo de sua gente, nem conforme à música natural dela” (p. 88).

A modalização pelo *poder*, que determina os usos possíveis nesses discursos da boa e da má norma, estabelece três dos quatro tipos de variação já mencionados: diacrônica, regional, de registros, pois a

gramática não diferencia as modalidades falada e escrita. As regras aplicam-se a ambas.

Tal como esperado em gramática da época, a grande questão de temporalidade é a da relação com o Latim. Deve-se observar, porém, que Fernão de Oliveira tem uma visão muito particular do problema: a língua portuguesa não é a língua latina; as diferenças são grandes e não se deve minimizá-las e nem valorizar as semelhanças; a língua portuguesa não só não é o latim “com perdas e faltas”, como é melhor do que ele; o latim sofreu influência do “português”, isto é, das línguas que existiam em Portugal antes da chegada dos romanos.

“E assim como a nossa língua faz tudo quanto essoutras [Latim, Grego], com mais brevidade e facilidade e clareza, assim também é mais de louvar sua perfeição”. (p. 120).

Além desse discurso da superioridade do português, a gramática de Fernão de Oliveira desenvolve propriamente a questão da variação diacrônica: faz referências aos “nossos antigos”, tem consciência de que as línguas mudam com o uso, como vimos, e, bem de acordo com a concepção de superioridade da língua portuguesa, os usos mais modernos são mais valorizados que os antigos, que *envelheceram* (são velhos ruins, feios, dissonados, aborrecidos). Na verdade, são mais valorizados os usos que perderam a marca do tempo e que não são considerados nem velhos nem muito novos.

“Mas não é muito de maravilhar, diz Marco Varrão, que as vozes envelheçam e as velhas alguma hora pareçam mal porque também envelhecem os homens cujas vozes elas são. E isto é verdade que a formosa menina depois de velha não é para ver. E assim como os olhos se ofendem, vendo as figuras que a eles não contentam, assim as orelhas não consentem a música e vozes fora de seu tempo e costume” (p. 94);

“O uso destas dicções antigas, diz Quintiliano, traz e dá muita graça ao falar, quando é temperado em seus lugares e tempos. A limitação ou regra será esta: pela maior parte, que das dicções velhas tomemos as mais novas e que são mais vizinhas de nosso tempo, assim como também das novas havemos de tomar as mais antigas e mais recebidas de todos ou da maior parte. Ainda, porém, que não sempre isto é acertado, porque muitas vezes algumas dicções que há pouco são passadas são já agora muito aborrecidas (...)” (p. 95).

A variação regional, por sua vez, se foi mencionada na gramática, não foi realmente examinada: as variantes regionais são consideradas possíveis, mas algumas são mais bem aceitas que outras: “Contudo, sendo eu moço

pequeno, fui criado em S. Domingos de Évora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assim pronunciava, segundo que o aprendera na Beira” (p. 121).

Em relação aos registros há apenas três possibilidades: os que são prescritos, que devem ser (dos sábios, da corte, dos que lêem), os que são aceitáveis (a variação por profissão, sobretudo terminológica, por exemplo) e os que são proibidos (os do “aldeão sem juízo”, como diz Fernão de Oliveira): “E assim como estas podemos também cuidar outras duzentas patranhas, as quais sempre são sobejas e muitas vezes falsas e pouco recebidas entre homens sabedores que do pouco, que com muito lendo e trabalhando adquiriram, se prezam, e não de imaginações aldeãs sem juízo” (p. 84).

Em resumo, as modalizações pelo *dever* e *poder* são pouco frequentes na Gramática de Fernão de Oliveira e, parecem construir mais do que o discurso da norma prescritiva, o da norma natural, única e o da língua homogênea. Passa-se do discurso dos bons e maus usos ao dos usos naturais. Os fins da gramática, de ensinar a língua portuguesa a portugueses e a estrangeiros e de mostrar a superioridade da língua portuguesa, impõem, como necessária, uma concepção de língua homogênea, regulamentada por uma norma única e natural.

Por isso mesmo, Fernão de Oliveira como é próprio da norma natural, usa exemplos e não citações de escritores, pois o discurso da norma natural não precisa ser referendada mas apenas exemplificada.

O discurso da gramática de Fernão de Oliveira constrói-se, portanto, como uma “mistura” de normas, decorrentes da presença concomitante dos vários discursos normativos examinados, e em que há, pelas razões expostas, predominância do discurso da norma única e natural.

O quadro abaixo apresenta as gradações das normatividades no discurso da gramática de Fernão de Oliveira:

Norma culta (dos bons, dos sábios)			Fora da norma	
1º	2º	3º	4º	5º
usos “naturais”, que são, que existem	usos prescritos, que devem ser	usos possíveis, aceitáveis, que podem ser: variantes diacrônicas, regionais e profissionais	usos proibidos, que devem não ser: populares, dos “aldeões sem juízo”	usos que não são, que não existem (não aparecem na gramática)

Os graus 1 e 5 da normatividade caracterizam a norma “natural”, única, em uma língua homogênea, os três outros, a norma prescritiva, com variantes “desiguais”. Há apenas um grau “intermediário” entre os usos prescritos e os proibidos, principalmente por não se fazer distinção entre as modalidades escrita e falada.

Recursos diversos são empregados para construir esse discurso da mistura da norma, além das modalizações examinadas, tais como as projeções de pessoa e de tempo, o caráter ensaístico em que se misturam reflexões lingüísticas, históricas e culturais, a intertextualidade mostrada.

### 2.1.2 Projeções de pessoa e de tempo

Fernão de Oliveira usa as projeções de pessoa e de tempo que, em geral, ocorrem nos discursos temáticos científicos e que produzem os efeitos de sentido de objetividade, cientificidade, etc:

– a terceira pessoa;

– a primeira pessoa do plural, no chamado plural de autor, o *nós misto* (eu + vocês + eles), ou seja, *nós, os usuários da língua portuguesa, nós, os portugueses*; mas tem algumas especificidades, algumas peculiaridades que são:

– em primeiro lugar, o uso da 1ª pessoa do plural como terceira pessoa do plural, ou seja, como uma voz geral ou do senso comum no discurso gramatical da época, a que o autor se opõe: “Mas *nós somos* tão grandes bugios dos Latinos que *tomamos* suas coisas sem muito sentir delas quanto nos são necessárias. E por *nossa* vontade *damos* nossas vantagens aos Latinos e Gregos...” (p. 61);

– em segundo lugar, o emprego da *primeira pessoa do singular*. Usada para contrapor-se ao *ele* (dos gramáticos em geral e do senso comum), e para produzir os efeitos de sentido de subjetividade, de novidade e de polêmica em relação aos valores vigentes no discurso gramatical dominante: “O remédio que *eu* a isto [erros dos gramáticos] *posso* dar é este:” (p. 49), “E deixadas outras razões desta divisão [feita pelos gramáticos] por esta que *a mim melhor parece*:” (p. 49).

As projeções de pessoa apontam, assim, elas também, uma certa dualidade do discurso de Fernão de Oliveira: coloca-se como um representante da ciência e, ao mesmo tempo, afirma seu distanciamento em relação ao discurso gramatical dominante; assume o *eu* do discurso e fala, em *nós*, pelos portugueses e usuários da língua, em geral.

Quanto às projeções do tempo, elas ora favorecem o discurso da norma única e natural (presente gnômico); ora o da norma prescritiva (futuro

para expressar ordem, imperativos), ora o da norma de frequência de uso (o futuro do presente pelo presente e o futuro do pretérito pelo futuro do presente que produzem efeitos de atenuação).

Em relação ao *Contexto sócio-histórico*, deixo de lado os exemplos para tratar apenas de duas relações intertextuais mostradas – com o discurso gramatical dominante e com o discurso nacionalista da época.

a) O exame das projeções de pessoa e de tempo, e das modalizações mostrou que o discurso da gramática de Fernão de Oliveira não incorpora o discurso gramatical dominante. Há resistência em relação ao discurso gramatical da época, ao contrário do que acontece com a maior parte dos gramáticos do Renascimento. O autor em geral discorda dos gramáticos que cita, e insiste no fato de que é ruim imitar os gregos e latinos no estudo do português, tanto porque as línguas são diferentes, quanto por questão de amor à pátria;

b) não se apresenta, como vimos, como um compêndio sistemático e escolar, apesar dos fins pedagógicos, mas antes como um texto de caráter ensaístico, assistemático e indisciplinado, com muitos comentários histórico-culturais;

c) adota uma nomenclatura original e muito motivada e expressiva, que não fez escola, que não foi usada pelos gramáticos posteriores: palavras *juntas* (compostas), palavras *tiradas* (derivadas), etc.

Há bons exemplos dessa resistência que mostra a face renascentista da independência, da criatividade e da novidade da gramática a que o Professor Bechara fez referência.

*O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberais e esses estudos fazem mais durar a glória da terra em que florescem. Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas, e não somente o que entendiam escreviam nelas, mas também trasladavam para elas todo o bom que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso. Não façamos assim, mas tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que*

sejamos ensinados de Roma, ainda que ela agora tivera toda sua valia e preço. (p. 42).

*Alguns que escrevem livros acostumam fazer nos princípios prólogos de sua defesa, o que eu não fiz. E tenho esta razão, que me não quero queixar antes de ser ofendido. E mais: quem pode dizer mal de mim, que bom seja, pois aos maus não posso fugir, mas por qualquer parte sempre me hão-de maltratar. E, contudo, eu não dou licença que alguém possa ser meu juiz, senão quem ler os livros que eu li, e com tanto trabalho, e tão bem ou melhor entendidos. E ainda assim, a sentença há-de ser que para emendar meus erros escrevam da mesma matéria outras obras melhores, nas quais mostrem saber mais que eu, disto que falamos. E senão, tudo o que mais fizerem é murmurar, que não cabe entre homens sabedores, pois quanto à dos ignorantes não faço conta. E bem sei que não deixam de repreender senão o que não entendem (p. 125) (último capítulo, em que se dirige mais diretamente aos gramáticos).*

E termina sua gramática dizendo: “Antes peço a quem conhecer meus erros que os emende; e todavia não murmurando em sua casa, porque desfaz de si” (p. 126).

Além de dialogar com o discurso gramatical da época e de a ele opor-se, a gramática de Fernão de Oliveira mantém relações com outro discurso do momento, e, nesse caso, para com ele conformar-se e colaborar. Trata-se do discurso nacionalista, que presidiu a formação dos impérios coloniais; um discurso da diferença, que hierarquiza as espécies ou as raças, qualificando-as de inferiores ou superiores e que afirma a naturalidade da hierarquia e da desigualdade.

Para estabelecer a superioridade da língua portuguesa sobre as demais, Fernão de Oliveira parte do princípio de que cada um fala como quem é, de que são os homens que fazem a língua e não a língua os homens, e de que os portugueses são um povo antigo, virtuoso e nobre, portanto, a língua portuguesa só pode ser melhor que as outras.

*As nossas vozes acabam sempre em voz perfeita e desimpedida, o que não consentem as letras mudas, mas, ao contrário, atam a boca e cortam as dicções, que é próprio de mudos e grosseiros, como vemos quase nas gentes de terras frias, os quais Dido virgiliana, respondendo a Ilioneu, quer entender que pela pouca participação do sol são menos perfeitas,... (p. 67).*

Finalmente, se em relação aos Gregos e Latinos, e aos povos com que disputa valores, como é o caso da Espanha, enfatiza-se o discurso da desigualdade lingüística, em relação aos dominados, aos bárbaros (brasileiros, africanos, etc) a desigualdade já está de antemão subentendida e faz parte do senso comum. Nesse caso, o discurso é o do ensinamento e imposição da língua, como instrumento de dominação. Diz o autor no belo texto citado que “é melhor que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma” (p. 42).

Fecha-se o círculo: o discurso da gramática de Fernão de Oliveira é um discurso de resistência aos modelos gramaticais da época, um discurso novo e independente, mas também incorpora o discurso nacionalista, base da constituição de nações e impérios coloniais, e mostra que é preciso ensinar a língua aos diferentes, para que as diferenças sejam assimiladas. Fernão de Oliveira afirma ainda que “a língua e a unidade dela é mui certo apelido do reino do senhor e da irmandade dos vassalos” (p.). Nebrija, na Espanha, argumenta na mesma direção e diz na dedicatória à rainha D. Isabel que a língua sempre foi companheira do império. Auroux, em *A revolução tecnológica da gramatização* (1992) mostra que uma das razões da gramatização na Europa, no Renascimento, foi a necessidade de ensinar a língua a estrangeiros. Para tais fins, as gramáticas são necessárias.

Nesse cruzamento de discursos de incorporação e de resistência, constrói-se e explica-se o discurso da norma em Fernão de Oliveira. Como vimos, misturam-se diferentes tipos de discursos normativos: de um lado, a concepção heterogênea e igualitária de língua, própria de uma “gramática de usos” ou que reconhece a variação lingüística, e que é adequada a um discurso gramatical que polemiza com o discurso gramatical “escolar” vigente; de outro, a concepção de língua homogênea e regulamentada e de norma única e natural, “exigida” pelas necessidades do império e coerente com o discurso nacionalista que a gramática incorpora e para o qual contribui. Esse tipo de norma está em geral presente nos discursos de

formação de nações, de impérios, de Estados, seja nas gramáticas do renascimento europeu, seja nas do século XIX no Brasil.

### Nota

\* Este texto, com pequenas diferenças, foi apresentado no Congresso “500 anos da língua portuguesa no Brasil”, realizado na Universidade de Évora, em Portugal, em maio de 2000, e sua versão resumida deverá ser publicada nos Anais do Congresso.

### Referências Bibliográficas

- ALÉONG, Stanley (s/d). “Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique.” In: BÉDARD, E. et MAURIS, J. (éd.). *La norme linguistique*. Paris, Le Robert.
- ARGOTE, J. C. de (1721). *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina ou disposiçam para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa, Officina de Mathias Pereira da Silva.
- AUROUX, Sylvain (1988). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- BARBOZA, J. S. (1830). *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, 3ª ed. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias. (1ª edição de 1822).
- BARROS, Diana L. P. de (1988). *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos*. São Paulo, Atual.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Teoria semiótica do texto*. São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_. (1997). “A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: definições e imagens”. In: PRETI, D. (org.). *O discurso oral culto*. São Paulo, Humanitas.
- BARROS, João de (1957). *Gramática da língua portuguesa*. 3ª ed. Organizada por José Pedro Machado, Lisboa (1ª edição de 1540).
- BARROS, J. de (1971). *Gramatica da lingua portugueza. Cartinha, gramática, dialogo em louvor da nossa linguagem e dialogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (1ª edição de 1540).
- BUESCU, M. L. C. (1978). *Gramáticos portugueses do século XVI*, Biblioteca Breve, vol. 18. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.
- COLLINOT, A. de MAZIÈRE, F. (1997). *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris, PUF.

- CORUJA, Antonio A. P. (1873). *Compendio da grammatica da lingua nacional*, Rio de Janeiro, T. Esperança. (1ª edição de 1835).
- CUNHA, Celso (1972). *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Material Escolar – MEC.
- FÁVERO, Leonor Lopes (1996). *As concepções lingüísticas no século XVIII*. Campinas, Editora da Unicamp.
- FIORIN, José Luiz (1988). *Linguagem e ideologia*. São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Elementos de análise do discurso*. São Paulo, Contexto.
- \_\_\_\_\_. (1996). *As astúcias da enunciação*. São Paulo, Ática.
- GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. (s/d). *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Cultrix.
- GUIMARÃES, Eduardo (1994). Sinopse dos estudos do português no Brasil. *Relatos*. Publicação do Projeto História das idéias lingüísticas, nº 1.
- OLIVEIRA, Fernão de (1936). *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, 3ª ed. por Rodrigo de Sá Nogueira, Lisboa, (1ª edição de 1536).
- OLIVEIRA, F. de (1975). *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda. (1ª edição de 1536).
- ORLANDI, Eni P. (1997). “O Estado, a gramática, a autoria.” *Relatos*. Publicação do Projeto História das idéias lingüísticas, nº 4.
- REIS LOBATO, Antonio José dos (1837). *Arte da grammatica da lingua portugueza*. 1ª edição de Paris, Paris, Livraria Portugueza de S.P. Aillaud. (1ª edição de 1770).
- ROBOREDO, A. de (1619). *Methodo grammatical para todas as linguas*. Lisboa, Pedro Craesbeeck.